

# Instituto Nordeste Cidadania

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores do  
Instituto Nordeste Cidadania  
Fortaleza - Ceará**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Instituto Nordeste Cidadania (“Entidade” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituto Nordeste Cidadania em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

  
Renan Melo de Oliveira  
Contador CRC 023259/O-4

## Instituto Nordeste Cidadania

### Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição	8	5.614	5.689	Fornecedores	13	999	1.083
Caixa e equivalentes de caixa - Sem restrição	9	9.941	11.414	Obrigações sociais e trabalhistas	14	31.890	25.976
Aplicação Financeira - Sem restrição		1.158	-	Obrigações tributárias		101	70
Adiantamentos		1.312	1.502	Obrigações com terceiros		169	513
Tributos a recuperar		84	77	Valores a pagar		181	363
Despesas antecipadas		10	12	Termo de parceria a executar	15	426.886	457.013
Termo de parceria a receber	10	483.534	515.807	Contrato de doação a executar	15	671	588
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>501.653</b>	<b>534.501</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>460.897</b>	<b>485.606</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Termo de parceria a receber	10	100.837	458.508	Provisão para contingências	16	85.656	77.579
Depósitos judiciais	11	41.208	38.644	Termos de Parcerias a executar	15	88.038	458.867
Valores a receber		1.106	1.122	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>173.694</b>	<b>536.446</b>
Título de Capitalização		16	-				
Imobilizado - Com restrição	12	941	704	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado - Sem restrição	12	131	119	Patrimônio social	17 a.	11.302	11.606
Intangível - Com restrição		1	60	Déficit Acumulado		-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>144.240</b>	<b>499.157</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>11.302</b>	<b>11.606</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>645.893</b>	<b>1.033.658</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>645.893</b>	<b>1.033.658</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional líquida</b>			
Receitas com restrições	18.1	325.349	272.416
Receitas sem restrições	18.2	388	700
		<b>325.737</b>	<b>273.116</b>
Custos com programas e projeto sociais com restrição	19	(325.365)	(272.584)
Custos com programas e projeto sociais sem restrição	19	(1.228)	(1.101)
		<b>(326.593)</b>	<b>(273.685)</b>
<b>Déficit/Superávit bruto</b>		<b>(856)</b>	<b>(569)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas gerais e administrativas	20	(977)	(1.080)
Despesa com voluntariado	20	(237)	(277)
Outras receitas		366	1.911
		<b>(848)</b>	<b>554</b>
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<b>(1.704)</b>	<b>(15)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receita financeira	21	1.471	1.211
Despesa financeira	21	(71)	(50)
		<b>1.400</b>	<b>1.161</b>
<b>Déficit/Superávit do exercício</b>		<b>(304)</b>	<b>1.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de Reais)*

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Déficit/Superávit do exercício	(304)	1.146
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(304)</u></b>	<b><u>1.146</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>10.460</b>	-	<b>10.460</b>
Superávit do exercício	17 a.	-	1.146	1.146
Destinação do superávit do exercício		1.146	(1.146)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>11.606</b>	-	<b>11.606</b>
Déficit do exercício	17 a.	-	(304)	(304)
Absorção do déficit do exercício		(304)	304	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>11.302</b>	-	<b>11.302</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Déficit/Superávit do exercício		<b>(304)</b>	<b>1.146</b>
<b>Ajustes ao déficit do exercício</b>			
Depreciação e amortização		305	321
Baixa de ativo imobilizado/intangível		53	163
Constituição da provisão para contingência	16	9.753	25.019
Reversão, reavaliação e baixa de provisão para contingência	16	18.207	(19.835)
Rendimento de aplicação		(82)	-
Atualização monetária sobre depósito judicial	11	(2.999)	(2.071)
		<b>24.933</b>	<b>4.743</b>
Adiantamentos		190	(710)
Tributos a recuperar		(7)	(2)
Despesas antecipadas		2	1
Termo de parceria/doação a receber		389.944	(472.652)
Valores a receber		16	(1)
Depósitos judiciais		(19.448)	(31.859)
Títulos de capitalização		-	70
		<b>370.697</b>	<b>(505.153)</b>
<b>(Redução)/Aumento nos passivos em:</b>			
Fornecedores		(84)	404
Obrigações sociais e trabalhistas		5.914	4.895
Obrigações tributárias		31	18
Obrigações com terceiros		(526)	-
Termo de parceria/doação a executar		(400.873)	493.865
		<b>(395.538)</b>	<b>499.252</b>
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>92</b>	<b>(1.158)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado com restrição	12.1	(508)	(267)
Aquisição de imobilizado sem restrição	12.2	(40)	(147)
Título de capitalização		(16)	-
Aplicação Financeira		(1.076)	-
		<b>(1.640)</b>	<b>(414)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades investimentos</b>		<b>(1.640)</b>	<b>(414)</b>
<b>Redução do caixa e equivalente de caixa</b>		<b>(1.548)</b>	<b>(1.572)</b>
Caixa no início do exercício (com restrição e sem restrição)		17.103	18.675
Caixa no fim do exercício (com restrição e sem restrição)		15.555	17.103
<b>Redução do caixa e equivalente de caixa</b>		<b>(1.548)</b>	<b>(1.572)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

O Instituto Nordeste Cidadania (doravante referido como "Inec", "Entidade" ou "Instituto"), estabelecido em 1993, foi constituído por funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em apoio à Campanha Nacional de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida. Nesse contexto, o Instituto surgiu como resposta às graves questões socioeconômicas enfrentadas por uma significativa parcela da população que se encontrava abaixo da linha da pobreza. Em 1996, o Inec foi registrado como uma Organização Não Governamental (ONG), ampliando sua atuação com a implementação de projetos produtivos voltados à geração de emprego e renda.

Enquanto entidade de direito privado, sem fins lucrativos, o Instituto foi qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça, em 2003. Desde então, tem exercido papel fundamental no combate à pobreza e na promoção da inclusão da população de baixa renda no processo produtivo, ao facilitar o acesso ao microcrédito orientado para empreendedores de pequeno porte, tanto no setor formal quanto no informal da economia, incentivando assim a geração de trabalho e renda.

O Inec atua em todos os estados do Nordeste, bem como nos municípios do Norte de Minas Gerais, do Espírito Santo, em Cuiabá e no Distrito Federal. Sua sede administrativa está localizada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Com atuação voltada para a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, o Instituto desenvolve atividades nas áreas de educação, cultura, meio ambiente, arte, tecnologia e microfinanças, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade institucional nas regiões onde está presente. Atualmente, essas ações são organizadas em projetos que seguem metodologias centradas na valorização da vida, dos recursos e da identidade local alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Nações Unidas. Entre esses projetos destacam-se as parcerias com bancos públicos federais dentro da operação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

Alinhado ao seu objetivo social, o Inec não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, voluntários ou doadores de recursos, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos no exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução dos seus objetivos estatutários.

As informações referentes às atividades sociais estão disponíveis no site do Instituto:  
<https://inec.org.br/>.

## **Plano de Continuidade Operacional**

O Instituto Nordeste Cidadania mantém parceria com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para a operacionalização do Programa Agroamigo, vigente até 31 de dezembro de 2026, nos termos do Termo de Parceria nº 2024/315, renovado em dezembro de 2024. A parceria decorre de relacionamento institucional consolidado há mais de duas décadas.

O Inec permanece vinculado ao Termo de Parceria que originou o Programa Crediamigo, em razão de obrigações remanescentes relacionadas ao instrumento. A quitação dessas obrigações será viabilizada por repasses de recursos financeiros provenientes do parceiro público, não havendo expectativa de impactos econômico-financeiros relevantes para o Instituto.

Em 8 de outubro de 2025, foi celebrado acordo com o Banco do Brasil S.A. para realização de Prova de Conceito (PoC) voltada à operacionalização do Programa Acredita do Governo Federal, com vigência até 01 de junho de 2026 e possibilidade de prorrogação mediante avaliação das partes. A iniciativa fortalece o relacionamento institucional e evidencia a capacidade do Inec na condução de projetos de microcrédito produtivo orientado, sinalizando potencial de continuidade e expansão por meio de novas contratações e parcerias após o encerramento do instrumento vigente.

Quanto à sustentabilidade econômico-financeira, o Inec adota atuação contínua voltada à manutenção e ampliação de suas atividades, bem como ao fortalecimento de seu portfólio de projetos socioambientais e de microfinanças, por meio da participação em editais, instrumentos de fomento, convênios e parcerias estratégicas.

Nesse conjunto de iniciativas, destacam-se: (i) as parcerias com a organização internacional Water.org, voltadas ao apoio à ampliação do acesso à água e ao saneamento em áreas rurais, incluindo ações de mobilização, capacitação e monitoramento associadas a produtos financeiros para essas finalidades, contemplando também o Projeto Caminhos das Águas, direcionado à sensibilização de estudantes de escolas públicas; (ii) a parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA-CE), para execução do “Programa Desenvolvimento Comunitário – Ciranda dos Saberes, Diálogos e Sustentabilidade”, que abrange ações dos projetos Labinec, Ecoinec, Prosseguir e Espaço de Leitura, com foco na promoção da inclusão social, educação e meio ambiente; e (iii) a parceria com o Ministério das Mulheres, contemplando ações de capacitação, qualificação profissional e geração de renda a partir da agroecologia, por meio de ações do Projeto Ecoinec.

Para o exercício de 2026, o Inec aguarda a liberação de recursos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), destinados à execução de novo plano de trabalho vinculado ao projeto Labinec, com foco no tema “Alfabetização Científica e Letramento Digital, Robótica, Programação e Prototipagem para Crianças e Adolescentes Vulneráveis”. Em paralelo, em decorrência da participação e seleção em edital promovido pelo Ministério Público do Estado do Ceará, o Instituto também aguarda o acesso a recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDID), a serem direcionados a atividade do projeto Ecoinec, voltado à agroecologia urbana.

No âmbito da estratégia de sustentabilidade das iniciativas socioambientais, o Inec encontra-se em processo de captação de recursos por meio de destinação de Imposto de Renda. No Fundo Estadual da Criança e do Adolescente do Ceará (FECA-CE), a captação refere-se ao programa “Ciranda dos Saberes: Cultivando Protagonismo Social”, respaldada pela Carta de Captação de Recursos (CCR) nº 020/2024, com validade até setembro de 2026. O Inec também apresentou ao

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú (CDCMA) o projeto Labinec, com o tema “Inclusão e Letramento Digital em Maracanaú”, visando à obtenção de Carta de Captação de Recursos para captação junto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú, igualmente por meio de destinação de Imposto de Renda.

Por meio de termo de cessão de espaço firmado com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, o projeto Labinec possui local assegurado para execução pelo prazo de dois anos, até 31 de dezembro de 2028 no Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU), situado na Rua Maria Fernandes, nº 110, Bairro Siqueira. A iniciativa oferece a crianças e adolescentes acesso a ferramentas e educação tecnológica.

A execução de projetos em diferentes estágios, incluindo iniciativas custeadas com recursos próprios, aliada à diversificação do portfólio e das parcerias, contribui para a resiliência operacional e para o alcance dos objetivos institucionais, sendo fator essencial para manter a relevância e a efetividade da atuação do Inec na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

O Inec também se prepara para participar do processo licitatório anunciado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), conforme fato relevante divulgado ao mercado. A iniciativa representa o fortalecimento da atuação institucional e ampliação da contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do país.

O Instituto reafirma seu compromisso com a continuidade e o fortalecimento dos projetos em andamento, ao mesmo tempo em que busca oportunidades de inovação, expansão e novas cooperações institucionais. A estratégia está orientada à condução das operações de forma ética e responsável, com foco no aprimoramento das iniciativas socioambientais e de microfinanças, assegurando alinhamento à missão organizacional.

A Administração monitora continuamente eventos com potencial impacto relevante nas operações e na posição patrimonial e financeira do Instituto, adotando medidas de mitigação quando necessário. Com base nas informações disponíveis na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avalia que a entidade dispõe de recursos suficientes para manter suas operações em conformidade com o pressuposto da continuidade operacional.

### **Serviços prestados pelos auditores externos**

Em atendimento a norma emitida pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da NBC PA 400 (alterada pela Revisão da NBC 17) em 2024, requer a divulgação dos honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o valor do contrato para o Instituto relativos a serviços de auditoria prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. foi de R\$ 132,7 mil, e confirmamos que não há nenhum outro serviço por ela prestado.

## **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG-2002 (R1) – “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e Leis 13.019/14 e 9.709/99 (Lei Geral das OSCIPS - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

Detalhes sobre as políticas contábeis do Inec são apresentados na nota explicativa nº 6 – principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Instituto.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Instituto Nordeste Cidadania em 10 de fevereiro de 2026.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

#### **(i) Julgamentos**

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão divulgadas:

- **Nota explicativa nº 16** - Provisão para contingência.

#### **(iii) Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros por categoria.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## **6 Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, descritas em detalhes abaixo, foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O Instituto considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Além disso, o Instituto procede à segregação entre recursos classificados como caixa e equivalentes de caixa com restrição e sem restrição de uso, de forma a evidenciar separadamente os valores.

### **b. Instrumentos financeiros**

#### **(i) Reconhecimento, classificação e mensuração**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: caixa e equivalentes de caixa – sem restrição e com restrição, valores a receber, termo de parceria e doação a receber e depósitos judiciais.

Os recursos de termos de parceria e doação a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

#### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

##### *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

**(iii) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

O Instituto realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Estes incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Instituto; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Instituto.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**(iv) Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Instituto considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Instituto considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- Os termos que limitam o acesso do Instituto a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

#### *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: Fornecedores e outras obrigações, termo de parceria a executar, contrato de doação a executar e termo de parceria a executar..

#### **(v) Desreconhecimento**

##### *Ativos financeiros*

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

##### *Passivos financeiros*

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

**(vi) *Compensação***

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(vii) *Ativos e passivos financeiros derivativos***

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**c. *Termo de parceria/doação a receber e a executar***

São correspondentes aos valores a serem repassados pelos termos de parceria firmados entre o Instituto e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), pelo contrato de doação com restrição com a Water.org, pelo termo de fomento com o Ministério das Mulheres do Governo Federal – União e pelo Programa Acredita – Prova de Conceito (PoC) do Banco do Brasil.

**Programa de Microcrédito Urbano (“Crediamigo”)**

Em 29 de dezembro de 2021, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB” ou “Parceiro Público”) o Termo de Parceria nº 2021/437 com vigência no período de três meses de 01 de janeiro a 31 de março de 2022. Em seguida firmou o primeiro aditivo, com vigência até 30 de junho de 2022; o segundo aditivo até 30 de setembro de 2022; e o terceiro aditivo até 31 de dezembro de 2022. A partir de 2023 a operacionalização do programa Crediamigo, deixou de ser executada pelo Instituto e passou a ser executada por outra entidade, no entanto o Instituto e o Parceiro Público, cumprirão o que está previsto em contrato, o qual estabelece a continuidade de repasses de recursos necessários para arcar com os ônus incidentes sobre o objeto da parceria, de tal forma que não haverá impacto financeiro para o Instituto que temas os quais são resultado das atividades operacionalizadas pelo Instituto para o Parceiro Público, durante a vigência do termo de parceria.

**Programa de Microcrédito Rural (“Agroamigo”)**

Em 09 de dezembro de 2024, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) o Termo de Parceria nº 2024/315 pelo período de dois anos (01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026). Durante a vigência do Termo nº 2024/315 o Instituto receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Programa Agroamigo, na forma dos critérios exigidos pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

**Programa Acredita – Prova de Conceito (“PoC”)**

Em 08 de outubro de 2025, o Inec celebrou com o Banco do Brasil o acordo de Prova de Conceito (PoC) para operacionalização do Programa Acredita, vinculado ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com vigência até 01 de junho de 2026. Durante a execução da PoC, o Instituto atuará na gestão e implementação das atividades previstas, observando os critérios definidos pelo Banco do Brasil e alinhados às diretrizes do PNMPO.

**Contrato de Concessão Water.org**

O Contrato de Doação de recursos com a Water.org, firmado em 29 de abril de 2025, com vigência até 28 de abril de 2026, parceria com sucessivas renovações, evidenciando a solidez da cooperação e a confiança mútua entre as instituições. No âmbito desse instrumento, o Instituto permanece apto a receber recursos destinados à execução de ações voltadas à ampliação do acesso

à água e ao saneamento em áreas rurais, contemplando atividades operacionais, educativas, institucionais e de monitoramento. Integra, também, o escopo da parceria o Projeto Caminho das Águas, voltado à sensibilização de estudantes de escolas públicas do meio rural acerca do uso racional da água e da importância do saneamento, desenvolvido em colaboração com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

**Termo de Fomento - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú – (“Termo de Doação Labinec - FIA Maracanaú”)**

O Instituto manteve em andamento o processo de renovação da inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú (CMDCA), órgão responsável pela administração do Fundo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), visando à obtenção da Carta de Captação de Recursos (CCR) relacionada ao Projeto Labinec Maracanaú. O projeto encontra-se estruturado para execução por período adicional de dois anos, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, a qual viabilizou o uso de espaço no Centro Unificado de Esportes e Artes (CEU), localizado na Rua Maria Fernandes, nº 79, Bairro Siqueira, Maracanaú/CE, nos termos do Decreto Municipal nº 5.231, de 29 de agosto de 2025, que autorizou a permissão de uso de bem público municipal em favor do INEC, em caráter precário, gratuito e por prazo determinado, indo até 31 de dezembro de 2028.

Em 31 de dezembro de 2025, a Carta de Captação de Recursos - CCR ainda não havia sido obtida. A captação de recursos junto ao FIA permanece condicionada à emissão da referida carta, não havendo, nessa data, garantia quanto à sua concessão. As providências administrativas e institucionais adotadas pelo Instituto não configuram, por si, direito adquirido, ativo reconhecível ou obrigação registrada nas demonstrações contábeis.

**Termo de Fomento – Ministério das Mulheres – Governo Federal – União**

O Termo de Fomento nº971433/2024, com vigência de doze meses (01 de agosto a 27 de dezembro de 2025). O Instituto receberá recursos financeiros para implantação do projeto Ecoinec Agroecologia: ações de capacitação, qualificação e geração de renda no âmbito da produção de agricultura orgânica em pequenos espaços urbanos, no município de Fortaleza-CE.

**d. Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são apresentados pelo valor original depositado, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incidentes. Referem-se a processos de natureza trabalhista, mais detalhes na nota explicativa 11.

**e. Imobilizado**

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Instituto reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

O imobilizado é segregado entre bens com restrição e bens sem restrição, de modo a evidenciar separadamente os itens cujo uso ou alienação esteja condicionada a exigências legais, contratuais ou operacionais.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, e estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Cada item de imobilizado é baixado quando ocorre a perda, obsolescência, devolução, ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Instituto considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Instituto, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

**(ii) Ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**g. Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**h. Obrigações sociais e trabalhistas**

As obrigações sociais e trabalhistas incluem gastos com empregados, tais como salários, encargos sociais, provisões de férias e de décimo terceiro salário. Os impostos e contribuições decorrentes da folha de pagamento (FGTS, IRRF e INSS) retidos dos empregados são reconhecidos obedecendo ao regime de competência.

**i. Provisões e provisões para riscos tributários e trabalhistas**

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

O Instituto é parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**j. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos. O Instituto avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

- Receitas de programas e projetos

As receitas com restrições são lançadas com base na realização da despesa para execução dos projetos, ou seja, para cada registro de despesa realizada temos o registro da receita pelo mesmo valor.

- Receita de doações / Receita de doações com restrição

As receitas de doações de pessoas físicas ou jurídicas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais.

- Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções.

## 7 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

### **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacionais, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

## 8 Caixa e equivalente de caixa - Com restrição

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos com restrição	266	830
Aplicações financeiras com restrição (a)	5.348	4.859
	<b>5.614</b>	<b>5.689</b>

- (a) Recursos originados dos Termos de Parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo), Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), dos recursos do projeto Water.org., do Termo de Fomento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú, dos recursos do Ministério das Mulheres – Governo Federal e do Termo de Acordo Programa Acredita Banco do Brasil.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela renda fixa e estão disponíveis para utilização nas operações vinculadas aos projetos Crediamigo, Agroamigo, Water.org, Labinec, Ministério das Mulheres e Microcrédito Urbano BB, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Essas operações são de resgates imediatos e com compromisso de recompra pelo emissor e insignificante risco de mudança de valor. Durante o exercício as aplicações financeiras tiveram remuneração média equivalente a 98% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (85,78% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

### Movimentação das aplicações financeiras - Com restrição

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2025
<b>Aplicações financeiras - recursos com restrição</b>							
Banco do Brasil - aplicação Water.org c/c 15509-8	585	27	(478)	33	(7)	-	160
Banco do Brasil - aplicação Labinec - Fia Maracanau	34	-	(34)	-	-	-	-
Banco do Nordeste - Crediamigo aplicação 20094-3	1.856	12.100	(12.289)	170	(36)	(8)	1.793
Banco do Nordeste - Agroamigo aplicação 22002-2	2.384	860	(3.282)	53	(14)	(1)	-
Banco do Brasil - Agroamigo aplicação 27809-8	-	19.749	(17.307)	250	(52)	(10)	2.630
Banco do Brasil - Ministério das Mulheres aplicação 27809-8	-	200	(117)	13	(2)	-	94
Banco do Brasil - aplicação Water.org c/c 15509-8	-	800	(324)	34	(5)	-	505
Banco do Brasil - aplicação Microcrédito Urbano BB	-	433	(268)	1	-	-	166
<b>Total</b>	<b>4.859</b>	<b>34.169</b>	<b>(34.099)</b>	<b>554</b>	<b>(116)</b>	<b>(19)</b>	<b>5.348</b>

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2024
<b>Aplicações financeiras - recursos com restrição</b>							
Banco do Nordeste - MDA aplicação 107.165-0	2	-	(2)	-	-	-	-
Banco do Brasil - aplicação Water.org c/c 15509-8	465	982	(907)	55	(10)	-	585
Banco do Brasil - aplicação Cultura em Comunidade 15743-0	36	-	(36)	-	-	-	-
Banco do Brasil - aplicação Labinec - Fia Maracanau	224	-	(197)	7	-	-	34
Banco do Nordeste - Crediamigo aplicação 20094-3	5.079	13.634	(16.981)	186	(54)	(8)	1.856
Banco do Nordeste - Agroamigo aplicação 22002-2	2.384	39.910	(40.067)	240	(45)	(38)	2.384
Banco do Brasil - Mecenas - aplicação - Cultura em Comunidade - cap 16.296-5	27	-	(27)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.217</b>	<b>54.526</b>	<b>(58.217)</b>	<b>488</b>	<b>(109)</b>	<b>(46)</b>	<b>4.859</b>

## 9 Caixa e equivalente de caixa - Sem restrição

Caixa e bancos sem restrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras sem restrição	4	91
	9.937	11.323
	<b>9.941</b>	<b>11.414</b>

### Movimentação das aplicações financeiras - Sem restrição

Aplicações financeiras - recursos sem restrição	Saldo em 31/12/2024	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	Reclassificação	Saldo em 31/12/2025
Banco do Brasil - INEC aplic c/c 15172-6	379	1.493	(500)	124	(16)	-	1.480
Banco do Nordeste - INEC aplic c/c 1064-8	1.211	750	(1.231)	96	(19)	-	807
Banco Safra - aplicação INEC 5128-6	3.066	2.740	(2.740)	404	(69)	-	3.401
Banco Mercantil – aplicação INEC 2537831-4	1.010	-	-	66	-	(1.076)	-
Banco do Nordeste - INEC aplic c/c 27748-2	21	26	(27)	-	-	-	-
Banco CEF - 287-9	5.636	1.000	(3.000)	698	(105)	-	4.229
<b>Total</b>	<b>11.323</b>	<b>6.009</b>	<b>(7.498)</b>	<b>1.388</b>	<b>(209)</b>	<b>(1.076)</b>	<b>9.937</b>

Aplicações financeiras - recursos sem restrição	Saldo em 31/12/2023	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	Saldo em 31/12/2024
Banco do Brasil - INEC aplic c/c 15172-6	3.289	-	(3.000)	113	(23)	379
Banco do Nordeste - INEC aplic c/c 1064-8	330	2.153	(1.337)	79	(14)	1.211
Banco Safra - aplicação INEC 5128-6	1.419	1.599	(100)	172	(24)	3.066
Banco Mercantil – aplicação INEC 2537831-4	-	1.000	-	10	-	1.010
Banco do Nordeste - INEC aplic c/c 27748-2	-	21	-	-	-	21
Banco CEF - 287-9	5.167	-	-	550	(81)	5.636
<b>Total</b>	<b>10.205</b>	<b>4.773</b>	<b>(4.437)</b>	<b>924</b>	<b>(142)</b>	<b>11.323</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela renda fixa e estão disponíveis para utilização nas operações do Instituto, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Essas operações são de resgastes imediatos e com compromisso de recompra pelo emissor e insignificante risco de mudança de valor. Durante o exercício as aplicações financeiras tiveram remuneração média equivalente a 98% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (85,78% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 10 Termo de parceria/doação a receber

Os valores são provenientes dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), termo de fomento Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescência da Prefeitura de Maracanaú e são repassados conforme os cronogramas de pagamentos/desembolsos dos termos.

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Termo de Parceria Crediamigo	126.130	152.879
Termo de Parceria Agroamigo	457.451	821.436
Termo de Acordo Microcrédito Urbano BB	790	-
<b>Total</b>	<b>584.371</b>	<b>974.315</b>
<b>Circulante</b>	<b>483.534</b>	<b>515.807</b>
<b>Não circulante</b>	<b>100.837</b>	<b>458.508</b>

### Movimentação saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2024	Renovação/ Contratação	Rendimentos	Recebimento/ Repasse	Reversão (a)	Saldo em 31/12/2025
Termo de parceria Crediamigo	152.879	-	(2.949)	(23.800)	-	126.130
Termo de parceria Agroamigo	821.436	-	(371)	(286.144)	(77.470)	457.451
Termo de doação Water.org	-	887	(49)	(887)	49	-
Termo de doação FECA	-	339	-	(339)	-	-
Termo de fomento Ministério das Mulheres	-	200	-	(200)	-	-
Termo de acordo Microcrédito Urbano BB	-	1.242	-	(452)	-	790
	<b>974.315</b>	<b>2.668</b>	<b>(3.369)</b>	<b>(311.822)</b>	<b>(77.421)</b>	<b>584.371</b>

### Movimentação saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2023	Renovação/ Contratação	Rendimentos	Recebimento/ Repasse	Reversão	Saldo em 31/12/2024
Termo de parceria Crediamigo	182.649	-	(2.038)	(27.732)	-	152.879
Termo de parceria Agroamigo	319.014	731.344	(75)	(228.847)	-	821.436
Termo de doação Water.org	-	938	(39)	(1.011)	112	-
Termo de doação FECA	-	119	-	(119)	-	-
	<b>501.663</b>	<b>732.401</b>	<b>(2.152)</b>	<b>(257.709)</b>	<b>112</b>	<b>974.315</b>

- (a) A reversão se refere ao valor projetado orçado do Termo de Parceria nº 2020-554, que não foi recebido e nem executado.

## 11 Depósitos judiciais

Os valores apresentados como depósitos judiciais representam o montante de depósitos recursais e depósitos judiciais recolhidos pelo Inec, que poderão ser revertidos em benefício, mediante as decisões judiciais.

Os saldos referem-se principalmente a causas trabalhistas nas quais o Instituto figura como réu conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

	Crediamigo	Agroamigo	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>21.348</b>	<b>1.790</b>	<b>23.138</b>
(+) Adições	29.205	4.309	33.514
(+) Atualização monetária	1.901	170	2.071
(-) Pagamentos	(14.845)	(3.259)	(18.104)
(-) Devolução	(1.708)	(267)	(1.975)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>35.901</b>	<b>2.743</b>	<b>38.644</b>
(+) Adições	24.938	3.216	28.154
(+) Atualização monetária	2.773	226	2.999
(-) Pagamentos	(23.142)	(2.169)	(25.311)
(-) Devolução	(3.001)	(277)	(3.278)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>37.469</b>	<b>3.739</b>	<b>41.208</b>

## 12 Imobilizado (com restrição e sem restrição)

	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado com restrição (nota 12.1)	941	704
Imobilizado sem restrição (nota 12.2)	131	119
	<b>1.072</b>	<b>823</b>

### 12.1 Imobilizado com restrição

Os bens foram adquiridos com recursos originados dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo), Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), Programa Microcrédito Urbano BB, Projeto Water.org, Projeto Labinec – FIA Maracanaú, Projeto FECA, Projeto Mecenaz, Projeto Ministério da Mulheres.

	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	10%	620	(215)	405	311
Móveis e utensílios	10%	156	(79)	77	64
Computadores e periféricos	20%	1.265	(833)	432	310
Instrumentos musicais	10%	14	(3)	11	12
Eletroeletrônicos de telefonia	10%	27	(11)	16	7
		<b>2.082</b>	<b>(1.141)</b>	<b>941</b>	<b>704</b>

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado com restrição:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
<b>Custo:</b>				
Máquinas e equipamentos	611	193	(184)	620
Móveis e utensílios	131	26	(1)	156
Computadores e periféricos	1.000	275	(10)	1.265
Instrumentos musicais	14	-	-	14
Eletroeletrônico de telefonia	13	14	-	27
<b>Total do custo</b>	<b>1.769</b>	<b>508</b>	<b>(195)</b>	<b>2.082</b>
<b>Depreciação:</b>				
Máquinas e equipamentos	(300)	(56)	141	(215)
Móveis e utensílios	(67)	(13)	1	(79)
Computadores e periféricos	(690)	(143)	-	(833)
Instrumentos musicais	(2)	(1)	-	(3)
Eletroeletrônico de telefonia	(6)	(5)	-	(11)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.065)</b>	<b>(218)</b>	<b>142</b>	<b>(1.141)</b>
<b>Imobilizado com restrição líquido</b>	<b>704</b>	<b>290</b>	<b>(53)</b>	<b>941</b>

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
<b>Custo:</b>				
Instalações	3	-	(3)	-
Máquinas e equipamentos	587	112	(88)	611
Móveis e utensílios	222	14	(105)	131
Computadores e periféricos	931	141	(72)	1.000
Veículos	136	-	(136)	-
Instrumentos musicais	14	-	-	14
Eletroeletrônico de telefonia	13	-	-	13
<b>Total do custo</b>	<b>1.906</b>	<b>267</b>	<b>(404)</b>	<b>1.769</b>
<b>Depreciação:</b>				
Instalações	(3)	-	3	-
Máquinas e equipamentos	(295)	(55)	50	(300)
Móveis e utensílios	(140)	(14)	87	(67)
Computadores e periféricos	(619)	(132)	61	(690)
Veículos	(136)	-	136	-
Instrumentos musicais	-	(2)	-	(2)
Eletroeletrônico de telefonia	(3)	(3)	-	(6)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.196)</b>	<b>(206)</b>	<b>337</b>	<b>(1.065)</b>
<b>Imobilizado com restrição líquido</b>	<b>710</b>	<b>61</b>	<b>(67)</b>	<b>704</b>

## 12.2 Imobilizado sem restrição

	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	10%	119	(57)	62	69
Móveis e utensílios	10%	68	(41)	27	28
Computadores e periféricos	20%	215	(192)	23	22
Veículos	25%	128	(128)	-	-
Eletroeletrônicos de telefonia	10%	21	(2)	19	-
		<b>551</b>	<b>(420)</b>	<b>131</b>	<b>119</b>

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado sem restrição:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
<b>Custo:</b>				
Máquinas e equipamentos	196	5	(82)	119
Móveis e utensílios	86	4	(22)	68
Computadores e periféricos	387	10	(182)	215
Veículos	128	-	-	128
Eletroeletrônicos de telefonia	-	21	-	21
<b>Total do custo</b>	<b>797</b>	<b>40</b>	<b>(286)</b>	<b>551</b>
<b>Depreciação:</b>				
Máquinas e equipamentos	(127)	(11)	81	(57)
Móveis e utensílios	(58)	(6)	23	(41)
Computadores e periféricos	(365)	(9)	182	(192)
Veículos	(128)	-	-	(128)
Eletroeletrônicos de telefonia	-	(2)	0	(2)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(678)</b>	<b>(28)</b>	<b>286</b>	<b>(420)</b>
<b>Imobilizado sem restrição líquido</b>	<b>119</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>131</b>

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
<b>Custo:</b>				
Máquinas e equipamentos	168	34	(6)	196
Móveis e utensílios	82	19	(15)	86
Computadores e periféricos	388	15	(16)	387
Veículos	128	79	(79)	128
<b>Total do custo</b>	<b>766</b>	<b>147</b>	<b>(116)</b>	<b>797</b>
<b>Depreciação:</b>				
Máquinas e equipamentos	(119)	(10)	2	(127)
Móveis e utensílios	(55)	(6)	3	(58)
Computadores e periféricos	(361)	(18)	14	(365)
Veículos	(128)	(4)	4	(128)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(663)</b>	<b>(38)</b>	<b>23</b>	<b>(678)</b>
<b>Imobilizado sem restrição líquido</b>	<b>103</b>	<b>109</b>	<b>(93)</b>	<b>119</b>

### 13 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores – Agroamigo	981	1.075
Fornecedores - Inec Social	14	8
Fornecedores – Water	2	-
Fornecedores – Microcrédito Urbano BB	2	-
	<b>999</b>	<b>1.083</b>

### 14 Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores a seguir representam salários a pagar, encargos incidentes sobre a folha de pagamento, provisão de férias e valores retidos dos empregados a serem repassados às associações de classe.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Obrigações com empregados</b>		
Salários a pagar	9.000	7.181
Rescisão a pagar	67	27
	<b>9.067</b>	<b>7.208</b>
<b>Encargos sociais e contribuições</b>		
Contribuição sindical	21	21
FGTS a recolher	1.245	1.017
PIS sobre folha de pagamento	118	169
INSS a recolher	4.054	3.344
IRRF sobre folha de pagamento	1.317	1.172
	<b>6.755</b>	<b>5.723</b>
<b>Outras obrigações</b>		
Pensão judicial a repassar	16	12
Convênio BNB / CDC a repassar	282	182
	<b>298</b>	<b>194</b>
<b>Provisão para férias e encargos sociais</b>		
Provisão de férias	11.681	9.520
Provisão INSS sobre férias	3.047	2.482
Provisão PIS sobre férias	117	95
Provisão FGTS sobre férias	925	754
	<b>15.770</b>	<b>12.851</b>
<b>Total obrigações sociais e trabalhistas</b>	<b>31.890</b>	<b>25.976</b>

## 15 Termo de parceria/doação a executar

	31/12/2025	31/12/2024
Termo de parceria – Crediamigo	90.396	121.967
Termo de parceria – Agroamigo	423.113	793.802
Termo de doação – Water.org	671	588
Termo de doação Labinec FIA Maracanaú	36	91
Termo de Fomento – DC - FECA	305	7
Termo de doação MECENAS	11	13
Termo de Fomento – Ministérios das Mulheres	136	-
Termo de Acordo – Microcrédito Urbano BB	926	-
	<b>515.595</b>	<b>916.468</b>
<b>Circulante</b>	<b>427.557</b>	<b>457.601</b>
<b>Não circulante</b>	<b>88.038</b>	<b>458.867</b>

### Movimentação dos saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2024	Renovação/ Contratação	Execução	Rendimentos	Reversão TP (a)	(Despesas Financeiras)	Devolução de Recursos	Saldo em 31/12/2025
Termo de parceria – Crediamigo	121.967	-	(31.565)	-	-	(6)	-	90.396
Termo de parceria – Agroamigo	793.802	-	(292.422)	-	(77.470)	(46)	(751)	423.113
Termo de doação – Water.org	588	887	(851)	49	-	(3)	-	670
Termo de doação – Labinec FIA Maracanaú	91	-	(21)	1	-	-	(35)	36
Termo de Fomento – DC – FECA	7	339	(44)	5	-	-	(1)	306
Termo de doação MECENAS	13	-	(1)	-	-	-	-	12
Termo de Fomento – Ministérios das Mulheres	-	200	(74)	10	-	-	-	136
Termo de Acordo – Microcrédito Urbano BB	-	1.242	(315)	-	-	(1)	-	926
	<b>916.468</b>	<b>2.668</b>	<b>(325.293)</b>	<b>65</b>	<b>(77.470)</b>	<b>(56)</b>	<b>(787)</b>	<b>515.595</b>

	Saldo em 31/12/2023	Renovação/ Contratação	Execução	Reversão Contingência	Reversão TP	(Despesas /Receitas financeiras)	Devolução de Recursos	Saldo em 31/12/2024
Termo de parceria – Crediamigo	127.846	-	(26.243)	20.372	(3)	(5)	-	121.967
Termo de parceria – Agroamigo	293.913	731.344	(231.180)	(233)	-	(42)	-	793.802
Termo de doação – Water.org	455	938	(915)	-	-	110	-	588
Termo de doação – MDA	2	-	-	-	-	-	(2)	-
Termo de doação – Labinec FIA Maracanaú	300	-	(216)	-	-	7	-	91
Termo de doação – PRONAC	36	-	(5)	-	-	-	(31)	-
Termo de Fomento – DC – FECA	10	119	(105)	-	-	3	(20)	7
Termo de doação MECENAS	41	-	(1)	-	-	-	(27)	13
	<b>422.603</b>	<b>732.401</b>	<b>(258.665)</b>	<b>20.139</b>	<b>(3)</b>	<b>73</b>	<b>(80)</b>	<b>916.468</b>

(a) A reversão se refere ao valor projetado orçado do Termo de Parceria nº 2020-554, que não foi recebido e nem executado.

## 16 Provisão para contingência

O Instituto é parte envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, Trabalhista, tributária e administrativa decorrentes do curso normal dos negócios. Com base nas informações e avaliações de sua assessoria jurídica, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que reflete a saída de recurso esperada. A provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. Foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável com base na recomendação da assessoria jurídica.

A provisão para contingência classificada como provável foi reavaliada pelo departamento jurídico e reconhecida pela administração, estando registrada conforme quadro abaixo:

Período	Montante	Total de Processos	Total de Processos Trabalhistas
31/12/2024	R\$ 77.579	1.005	1.001
31/12/2025	R\$ 85.656	947	937

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito significativo nas condições financeiras do Instituto, os recursos serão custeados pelo Banco do Nordeste por intermédio do Termo de parceria do Crediamigo e do Agroamigo conforme nota explicativa nº 6c.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	Trabalhista	Tributária	Cível	Administrativa	Total
<b>Em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>90.428</b>	<b>356</b>	<b>35</b>	-	<b>90.819</b>
(+) Constituição de provisão	25.019	-	-	-	25.019
(-) Reversão de prognóstico (a)	(14.177)	-	-	-	(14.177)
(-) Reavaliação de provisão (b)	(5.658)	-	-	-	(5.658)
(-) Baixas	(18.404)	-	(20)	-	(18.424)
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>77.208</b>	<b>356</b>	<b>15</b>	-	<b>77.579</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>77.208</b>	<b>356</b>	<b>15</b>	-	<b>77.579</b>
(+) Constituição de provisão	9.734	-	-	19	9.753
(+) Reversão de prognóstico (c)	1.674	-	-	-	1.674
(+) Reavaliação de provisão (d)	16.533	-	-	-	16.533
(-) Baixas	(19.883)	-	-	-	(19.883)
Em 31 de dezembro de 2025	<b>85.266</b>	<b>356</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>85.656</b>

- (a) Mudança na probabilidade de perda que foi para possível e perda remota.
- (b) Adoção de novo valor por decisão judicial.
- (c) Mudança na probabilidade de perda que foi reavaliada como provável.
- (d) Adoção de novo valor por decisão judicial em razão da fase processual avançada.

### **Principais naturezas – processos trabalhistas**

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, periculosidade e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas. O encerramento do Termo de Parceria do Crediamigo resultou na redução significativa de colaboradores, conseqüentemente o aumento de causas trabalhistas.

### **Contingência avaliadas com risco de perda possível**

Em 31 de dezembro de 2025, o Inec é parte em outros processos trabalhistas para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, julgou risco de perda possível de causas trabalhistas no valor de R\$ 10.738 correspondendo a 95 processos, (196 processos em 31 de dezembro de 2024 no valor total de R\$ 37.655) e causas administrativas e cíveis em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 50 correspondendo a 6 processo, (10 processos em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 37). As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

## **17 Patrimônio Líquido**

### **a. Patrimônio social**

O patrimônio social representa o déficit/superávit acumulado do Instituto no decorrer das suas atividades. O déficit ou superávit sem restrição é composto pelo resultado positivo ou negativo entre a origem e aplicação dos recursos, os quais não possuem uma destinação específica, porém são alinhados com os objetivos sociais do Instituto.

O valor do déficit apurado no exercício foi incorporado ao patrimônio social, conforme ITG 2002 (R1) “Entidade sem Finalidade de Lucros”. O Instituto apresentou déficit no montante de R\$ 304 em 31 de dezembro de 2025 (superávit de R\$ 1.146 em 31 de dezembro de 2024).

### **b. Remuneração do pessoal-chave da administração**

Contempla na remuneração dos membros da diretoria executiva salários e benefícios. Sendo estes em 2025 o montante de R\$ 1.299 (R\$1.271 em 2024).

## **18 Receitas operacionais líquidas**

### **18.1 Receitas com restrições**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) (nota nº 1)	31.571	36.922
Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)	292.468	234.249
Programa Water.org	854	917
Termo de Doação - Labinec - FIA Marac	21	216
Termo de Doação - MECENAS	1	1
Termo de Doação - Cultura Comun - Pronac	-	6
Termo de Doação - DC - FECA	44	105
Termo de Fomento – Ministério das Mulheres	74	-
Termo de Acordo – Microcrédito Urbano BB	316	-
<b>Receitas operacionais com restrições</b>	<b>325.349</b>	<b>272.416</b>

## 18.2 Receitas sem restrições

	31/12/2025	31/12/2024
Campanha Brasil sem fome (a)	-	186
Receita trabalho voluntário (b)	236	277
Doação de associados	91	94
Doações pessoa física e jurídica	61	142
Doações de Bens Pessoa Física	-	1
	<b>388</b>	<b>700</b>
<b>Receitas operacionais sem restrições</b>	<b>388</b>	<b>700</b>
<b>Total receitas operacionais líquidas</b>	<b>325.737</b>	<b>273.116</b>

- (a) Parceria com a Ação da Cidadania, o Inec desenvolveu a Campanha Brasil sem Fome, de arrecadação e distribuição de alimentos.
- (b) Serviços prestados pelo conselho Administrativo e Conselho Fiscal. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas em contrapartida nas despesas, de acordo com a competência, pelo valor justo de acordo com o item 19 da ITG 2002 (R1).

## 19 Custos com programas e projeto sociais

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Natal sem Fome (b)</b>		
Serviços de terceiros	(6)	-
Ajuda de custo	(1)	-
Doações de Cestas Básicas	(6)	-
Outros custos	(6)	-
	<b>(19)</b>	<b>-</b>
<b>Calendário do bem</b>		
Materiais de apoio	-	(19)
Doações de Cestas Básicas	(36)	(275)
Serviços de terceiros	(6)	-
Outros custos	(9)	-
	<b>(51)</b>	<b>(294)</b>
<b>Doações diversas ações pontuais</b>		
Despesas com projetos e ações sociais pontuais	(150)	(6)
Doações projetos diversos	(13)	(6)
Divulgação geral com projetos sociais	-	(16)
Despesa com fórum da cidadania	-	(23)
Despesa com ccaptação para projetos sociais	-	(29)
	<b>(163)</b>	<b>(80)</b>
<b>Prosseguir</b>		
Hora aula	(53)	(41)
Ajuda de custo	(39)	(10)
Lanches e refeições	(52)	(3)
Deslocamento	(7)	(9)
Material apoio	(13)	(10)
Serviços prestados por terceiros	(27)	(30)
Diárias	(5)	(3)
Despesa c/capacitação	-	-
	<b>(196)</b>	<b>(106)</b>
<b>Cultura em Comunidade</b>		
Serviços de terceiros	-	(1)
	<b>-</b>	<b>(1)</b>

**Instituto Nordeste Cidadania**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Espaço Leitura</b>		
Material apoio	(2)	(1)
Lanches e refeições	(3)	(45)
Ajuda de custo	(97)	(36)
Deslocamento	(5)	(5)
Serviços de terceiros	(17)	(13)
Diárias	(1)	(2)
	<b>(125)</b>	<b>(102)</b>
<b>Labinec</b>		
Serviços prestados por terceiros	(285)	(242)
Material apoio	(19)	(12)
Depreciação	(6)	(12)
Telefone/Internet	(5)	(3)
Ajuda de custo	(7)	(25)
Deslocamento	(15)	(11)
Material de consumo	(1)	(2)
Lanches e refeições	(8)	(8)
Manutenção e Instalações	(14)	-
	<b>(360)</b>	<b>(315)</b>
<b>Projeto Ecoinec</b>		
Serviços prestados por terceiros	(171)	(108)
Material de apoio	(28)	(16)
Outros custos	(12)	(47)
Despesa com pessoal	(30)	(24)
Insumos	(5)	(3)
Deslocamento e frete	(7)	(1)
Serviços gráficos	(1)	(4)
Aluguel	(33)	-
Manutenção e Instalações	(27)	-
	<b>(314)</b>	<b>(203)</b>
<b>Custos com programas sem restrições</b>	<b>(1.228)</b>	<b>(1.101)</b>
<b>Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) (a)</b>		
Folha de pagamento	(67)	(55)
Provisão para contingência trabalhista	(28.663)	(23.372)
Reversão para contingência trabalhista	-	20.372
Reversão para contingência trabalhista no termo de parceria	-	(31.047)
Encargos sociais	(55)	(34)
Benefícios	(406)	(178)
Custos administrativos	(48)	(40)
Depreciação	(93)	(124)
Despesas com TI	(14)	(30)
Despesa com jurídico	(2.148)	(2.352)
Serviços prestados por terceiros	(25)	(30)
Tributos	(46)	(28)
	<b>(31.565)</b>	<b>(36.918)</b>
<b>Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)</b>		
Folha de pagamento	(138.466)	(113.758)
Provisão para contingência trabalhista	(4.707)	(1.651)
Reversão para contingência trabalhista	-	(233)
Reversão para contingência trabalhista no termo de parceria	-	(2.793)
Encargos sociais	(48.052)	(39.472)
Benefícios	(60.540)	(47.654)
Capacitação	(3.145)	(2.219)
Custos administrativos (c)	(13.175)	(5.927)
Depreciação	(146)	(129)
Seleções	(66)	-
Monitoração	(522)	(458)
Trabalho em campo	(10.929)	(10.096)
Comunicação	(564)	(86)
Despesas com eventos	(2.345)	(2.705)
Despesas com TI	(4.273)	(3.631)
Despesas com manutenção	(3.661)	(1.959)
Despesa com jurídico	(316)	(291)
Serviços prestados por terceiros	(1.221)	(1.072)
Tributos	(367)	(290)
	<b>(292.495)</b>	<b>(234.424)</b>

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Programa Water.org</b>		
Folha de pagamento	(439)	(448)
Encargos sociais	(57)	(51)
Benefícios	(49)	(43)
Capacitação	(27)	(2)
Custos administrativos	(11)	(62)
Depreciação	(7)	(6)
Trabalho em campo	(20)	(126)
Serviços prestados por terceiros	(214)	(174)
Despesas com eventos	(27)	(3)
	<b>(851)</b>	<b>(915)</b>
<b>Labinec Fia Maracanaú</b>		
Custos administrativos	-	(195)
Depreciação	(21)	(21)
	<b>(21)</b>	<b>(216)</b>
<b>Cultura em Comunidade – Pronac</b>		
Custos administrativos	-	(5)
	<b>-</b>	<b>(5)</b>
<b>Projeto DC – FECA</b>		
Custos administrativos	(40)	(103)
Depreciação	(4)	(2)
	<b>(44)</b>	<b>(105)</b>
<b>Projeto – MECENAS</b>		
Custos administrativos	-	-
Depreciação	(1)	(1)
	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>
<b>Ministérios da Mulheres</b>		
Custos administrativos	(73)	-
Depreciação	(3)	-
	<b>(76)</b>	<b>-</b>
<b>Microcrédito Urbano BB</b>		
Folha de pagamento	(112)	-
Encargos sociais	(29)	-
Benefícios	(59)	-
Custos Administrativos	(60)	-
Depreciação	(1)	-
Despesas com manutenção	(44)	-
Serviços prestados por terceiros	(7)	-
	<b>(312)</b>	<b>-</b>
<b>Custos com programas com restrições</b>	<b>(325.365)</b>	<b>(272.584)</b>
<b>Total geral</b>	<b>(326.593)</b>	<b>(273.685)</b>

- (a) Apesar da conclusão do Termo de Parceria do Crediamigo, as obrigações com as contingências trabalhistas, assessoria jurídica e salário de colaboradores de licença trabalho permanecem até os vínculos entre as partes se extinguirem, conforme divulgado na nota explicativa nº 6. c.
- (b) A Campanha Natal sem Fome reafirma o compromisso coletivo com garantia de direitos e com a construção de redes solidárias que fortalecem comunidades e ampliam o acesso à alimentação adequada.
- (c) Despesas com a expansão das unidades: aluguel e implantação de filiais.

## 20 Despesas gerais e administrativas

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Despesas gerais e administrativas	(977)	(1.080)
Despesa com voluntariado (a)	(237)	(277)
<b>Total</b>	<b>(1.214)</b>	<b>(1.357)</b>
<b>Por natureza</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Divulgação	(86)	(76)
Material de escritório	(9)	(17)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(83)	(331)
Cursos e treinamentos	(4)	(24)
Depreciações e amortizações	(22)	(28)
Despesas tributárias	(328)	(217)

Despesas com pessoal	(14)	(4)
Confraternização	(242)	(19)
Lanches e refeições	(64)	(49)
Despesas com veículos	(22)	(40)
Deslocamentos	(47)	(61)
Diárias	(18)	(21)
Baixa bens ativo imobilizado	(1)	(90)
Manutenção e instalações	(1)	-
Seguros veículos	(6)	(6)
Despesa com voluntariado (a)	(237)	(277)
Outras despesas	(28)	(5)
Brindes	(2)	(15)
Serviços judiciais e advocatícios	-	(77)
<b>Total</b>	<b><u>(1.214)</u></b>	<b><u>(1.357)</u></b>

(a) Serviços prestados pelo conselho Administrativo e Conselho Fiscal. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas em contrapartida nas despesas, de acordo com a competência, pelo valor justo de acordo com o item 19 da ITG 2002 (R1).

## 21 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita financeira</b>		
Rendimentos de aplicações	1.471	1.211
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b><u>1.471</u></b>	<b><u>1.211</u></b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros passivos	(1)	-
Taxas diversas	(47)	(50)
Mensalidades	(23)	-
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b><u>(71)</u></b>	<b><u>(50)</u></b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b><u>1.400</u></b>	<b><u>1.161</u></b>

## 22 Instrumentos Financeiros por categoria

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### 22.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2025	2024
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição	5.614	5.689
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição	9.941	11.414
Aplicação Financeira – Sem restrição	1.158	-
Valores a receber	1.106	1.122
Termo de parceria/doação a receber – Circulante e Não circulante	584.371	974.315
	<b><u>602.190</u></b>	<b><u>992.540</u></b>

**Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Fornecedores	999	1.083
Termo de parceria/doação a executar – Circulante e Não Circulante	515.595	916.468
	<b>516.594</b>	<b>917.551</b>

As atividades do Instituto o expõe aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco da conjuntura do país.

***Risco de crédito***

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades resultante de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros e dos termos de parcerias a receber.

O Instituto aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Mercantil e Banco Safra. O Instituto não assume o risco de crédito pelo microcrédito o qual é administrado pelas instituições financeiras, visto que são os responsáveis pela análise e liberação do recurso financeiro. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, pelos valores contábeis.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8 e 9)	15.555	17.103
Aplicação Financeira – Sem restrição	1.158	-
Termo de parceria/doação a receber – Circulante e Não circulante (Nota 10)	584.371	974.315
Títulos de capitalização	16	-
	<b>601.100</b>	<b>991.418</b>

***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores e outras obrigações (Nota 13)	999	1.083
Termo de parceria/doação a executar Circulante e Não Circulante (Nota 15)	515.595	916.468
	<b>516.594</b>	<b>917.551</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

***Risco de mercado (taxa de juros)***

Esse risco é oriundo da possibilidade do Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Safra e Banco Mercantil . Conforme comentado nas notas explicativas nº 8 e 9, as aplicações por meio dos fundos de investimento são certificados de depósitos bancários de fundos de renda fixa, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados ao CDI, com resgate de curto prazo quando permitido pela diretoria executiva. A política de investimento do Instituto é submetida pela diretoria executiva ao conselho de administração que aprova anualmente a aplicação de recursos. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

***Risco da conjuntura do país***

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderá ter efeito nas atividades do Instituto e nas ações operacionais. A inflação e taxas de juros podem influenciar os custos e programas de microcrédito que são operacionalizados pelo Inec.

**23 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)**

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e

- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

## 24 Demonstração das origens e aplicações dos recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Origens de recursos</b>			
Das operações			
Superávit/Déficit do exercício		(304)	1.146
Depreciação e amortização		305	321
Custo contábil de ativos imobilizados e intangível baixados		53	163
Constituição de provisão para contingências	16	9.753	25.019
Atualização monetária sobre depósito judicial	11	(2.999)	(2.071)
De terceiros			
Aumento (redução) de outros ativos e passivos não circulantes		(13.158)	54.110
<b>Total das origens</b>		<b>(6.350)</b>	<b>78.688</b>
<b>Aplicação de recursos</b>			
Aquisição de imobilizado	12	(548)	(414)
Reversão de provisão para contingência	16	18.207	(19.835)
De terceiros			
Aumento de outros ativos não circulantes (Depósitos judiciais)		(19.448)	(31.859)
<b>Total das aplicações</b>		<b>(1.789)</b>	<b>(52.108)</b>
<b>Aumento (redução) no capital circulante líquido</b>		<b>(8.139)</b>	<b>26.580</b>
<b>Demonstração do acréscimo no capital circulante líquido</b>			
Ativo circulante			
No fim do exercício		501.653	534.501
No início do exercício		534.501	368.670
		<b>(32.848)</b>	<b>165.831</b>

Passivo circulante		
No fim do exercício	460.897	485.606
No início do exercício	485.606	346.355
	<b>(24.709)</b>	<b>139.251</b>
<b>Aumento (redução) no capital circulante líquido</b>	<b>(8.139)</b>	<b>26.580</b>

\* \* \*

Stelio Gama Lyra Junior  
Presidente

Helda Kelly dos Santos Pereira Lima  
Diretor Adm/Financeiro/Controle

Maria Vania de Oliveira Soeiro  
Contadora  
CRC CE-009284/O-7

INEC - Demonstrações Financeiras 31 12 2025 pdf  
Código do documento 9e21b20e-e823-4ddb-bf7f-89a30e0cfe38



## Assinaturas



STELIO GAMA LYRA JUNIOR

Assinou



Helda kelly dos santos Pereira Lima

Assinou



Maria Vania de Oliveira Soeiro

Assinou

## Eventos do documento

### 10 Feb 2026, 17:48:39

Documento 9e21b20e-e823-4ddb-bf7f-89a30e0cfe38 **criado** por MARIA VANIA DE OLIVEIRA SOEIRO (c72f3f6c-9ca9-4e7c-93a3-3d7f9dbe33fc). **DATE\_ATOM:** 2026-02-10T17:48:39-03:00

### 10 Feb 2026, 17:52:05

Assinaturas **iniciadas** por MARIA VANIA DE OLIVEIRA SOEIRO (c72f3f6c-9ca9-4e7c-93a3-3d7f9dbe33fc). Email: **DATE\_ATOM:** 2026-02-10T17:52:05-03:00

### 10 Feb 2026, 17:52:45

MARIA VANIA DE OLIVEIRA SOEIRO **Assinou** (c72f3f6c-9ca9-4e7c-93a3-3d7f9dbe33fc) - Email: mvania.soeiro@inec.org.br - **DATE\_ATOM:** 2026-02-10T17:52:45-03:00

### 10 Feb 2026, 18:04:31

HELDA KELLY DOS SANTOS PEREIRA LIMA **Assinou** (ce977a05-6c78-4401-918d-1ccf49f3571e) - Email: **DATE\_ATOM:** 2026-02-10T18:04:31-03:00

### 10 Feb 2026, 18:24:55

STELIO GAMA LYRA JUNIOR **Assinou** (762b9494-a121-4b64-ab1b-d4ec4f0e5dbb) - **DATE\_ATOM:** 2026-02-10T18:24:55-03:00

██████████ (CPF: ██████████: 3872) - ██████████ - Documento de  
identificação informado: 112.680.003-10 - DATE\_ATOM: 2026-02-10T18:24:55-03:00

#### Hash do documento original

(SHA256): 983e67c17c06191dc86a91ad2a4f65ae31b98ddefd043b30de7c0002c293bf86

(SHA512): 587c1e76383116b4d4c1fc18c1bd938c7512a2bd1c015ff5e3063c880009bbcc6b268181b95be2a9df07c9d34149095010e9ff26aebd40511fe35fb8664db9d5

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/02/2026 | Edição: 31 | Seção: 3 | Página: 268

Órgão: Ineditoriais/Instituto Nordeste Cidadania

## EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

### DE TERMO DE PARCERIA Nº 2024/315

Custo do Projeto: R\$ 731.344.496,00 (setecentos e trinta e um milhões trezentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e seis reais). Local de realização do projeto: Área de jurisdição do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Data de assinatura do TP: 09/12/2024. Início do projeto: 01/01/2025. Término: 31/12/2026. Objetivos do projeto: Operacionalização do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS: METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta para o período jan/2025 a dez/2025 (a)	Realizado no período jan/2025 a dez/2025 (b)	Diferença (a)-(b)	% de Realização (b)/(a)
% Operações Contratadas com Mulheres	50%	54%	4%	107,7%
Clientes com Operações no Agroamigo (Mil)	1.860.000	1.963.271	103.271	105,6%
Quantidade de Operações	739.512	748.517	9.005	101,2%
Valor Contratado (R\$ milhões)	R\$ 9.500,00	R\$ 9.510,45	R\$ 10,45	100,1%
% Operações Renovadas	90%	87%	-3%	96,6%
Valor total da Carteira Ativa Agroamigo / Total de unidades (R\$ milhões)	R\$ 86,00	R\$ 58,91	-R\$ 27,09	68,5%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO - Em R\$ milhões				
Categoria de Despesa	Previsto para o período jan/2025 a dez/2025 (c)	Despesas desembolsadas no período jan/2025 a dez/2025 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 265,91	R\$ 229,17	R\$ 36,74	86,2%
Capacitação de Empregados	R\$ 3,37	R\$ 3,05	R\$ 0,32	90,5%
Despesas Administrativas	R\$ 58,49	R\$ 39,57	R\$ 18,92	67,7%
Total	R\$ 327,77	R\$ 271,79	R\$ 55,98	82,9%

Do valor total previsto de R\$ 327.770.929,00 para o período de janeiro/2025 a dezembro/2025, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 271.787.999,81, gerando saldo de R\$ 55.982.929,19 na posição parcial do Termo de Parceria.

Para liquidar as despesas do período, foram recebidos repasses que totalizaram R\$ 273.489.845,90, creditados em conta corrente até Dez/2025, cujo saldo de disponibilidades em 31/12/2025 findou em R\$ 2.640.394,66. A composição do saldo de disponibilidades é feita pelo total de repasses R\$ 273.489.845,90 adicionado de R\$ 1.026.883,31 (créditos diversos) e R\$ 188.500,87 (rendimento líquido de aplicação financeira), deduzido de R\$ 271.787.999,81 (despesas) e R\$ 276.835,61 (débitos diversos).

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Ministro José Américo, nº 326, Ed. Quartier Empresarial 6º andar, Parque Iracema; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.824-245. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: inec@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função:

Diretor Presidente.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

